

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

1 -----SESSÃO ORDINÁRIA-----
2 -----REUNIÃO 26 DE FEVEREIRO DE 2010 -----
3 -----ACTA NÚMERO UM / DOIS MIL E DEZ -----
4 -----COMPOSIÇÃO DA MESA:-----
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte; -----
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecilio Patrício; -----
7 - **Segundo Secretário** – Vanda Ferreira Nunes Laura.-----
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----
9 - João Carlos Barreiras Duarte; -----
10 - Anabela Martins Sá; -----
11 - Carlos João Fernandes Pereira da Fonseca; -----
12 - António Fernando Lopes; -----
13 - Vanda Ferreira Nunes Laura; -----
14 - Marcos José Vicente Proença; -----
15 - Luis Manuel Surrador Rego; -----
16 - Luis Francisco Campos Silva; -----
17 - M.^a Los Angeles Vinues Peña Oliveira; -----
18 - Ana Bela Pereira Aires Jorge da Silva Lopes; -----
19 - Paulo Jorge Carvalho Cecilio Patrício; -----
20 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----
21 - Helder José Silva Bicho; -----
22 - Luis Manuel Biscaia Almeida; -----
23 - Carlos Manuel Maximiano Batista; -----
24 - Pedro José Oliveira Rebelo Ângelo; -----
25 - Carlos Fernando Faria Duarte; -----
26 - Maria da Graça Romão Jesus Rua; -----
27 - Pedro Miguel Dias Lourenço; -----
28 - Susana Miguel da Silva; -----
29 - Armando Salvador Maia da Fonseca; -----
30 - António Feliciano Júnior; -----
31 - João Manuel Gomes Mendonça; -----
32 - Maria Norberta Ponte Ferreira Santos; -----
33 - Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----
34 - Joaquim Marcos Rodrigues Henriques.-----
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores:-----
36 - Presidente da Câmara Municipal José Manuel Gonçalves Vieira; -----
37 - Vice-Presidente da Câmara Joana Isabel Pina Patuleia Figueiras; -----
38 - Vereadora Lúcia Maria Silva Poseiro; -----
39 - Vereador Nuno Manuel Mota Silva; -----
40 - Vereador Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; -----
41 - Vereadora Maria Arminda Oliveira Sousa; -----
42 - Vereador José Victor Ribeiro da Silva; -----
43 - Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Cidália Maria Pancrácio Santos;

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

44 - Chefe da Divisão Financeira Regina Paula Jesus Aires, -----
45 - Chefe da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico Alberto Jorge
46 Jerónimo; -----
47 - Chefe da Divisão Técnica Maria Antónia Palma Vargas; -----
48 - Técnica Superior Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente; -----
49 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----
50 -----Pelas 21:40 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
51 declarou a sessão aberta. -----
52 -----**ACTA 08/2009:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria
53 com 22 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a acta n.º 08/2009, da reunião de 13 de
54 Novembro de 2009. -----
55 -----**ACTA 09/2009:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria
56 com 24 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a acta n.º 09/2009, da reunião de 17 de
57 Dezembro de 2009. -----
58 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que foi
59 convidado pelo senhor Governador Civil de Leiria para uma reunião no passado dia 29
60 de Janeiro, juntamente com todos os Presidentes de Assembleia Municipal do Distrito.
61 Não se lembra de nenhum Governador Civil que tenha tomado uma atitude destas, que
62 considera de louvar. -----
63 -----O senhor Presidente da Câmara, em nome do executivo, expressou um voto
64 de pesar pelas vítimas das enxurradas na Madeira. -----
65 -----O senhor Carlos Baptista (PS), relativamente à localização do futuro edifício
66 escolar da Roliça, disse ter chegado ao seu conhecimento que eventualmente a mesma
67 estará prevista para uma zona que se supõe ter sido a primeira linha da Batalha da
68 Roliça. Certezas não há mas é referido em livro que supostamente muito perto daquele
69 local terão estado as primeiras linhas da batalha. Foi um evento muito importante para a
70 história do concelho do Bombarral pelo que recomendou que antes de se intervir no
71 local se faça uma prospecção arqueológica. O PS não está contra a construção da
72 escola, nem pretende trazer novos problemas, só alertam que do ponto de vista
73 patrimonial e cultural é uma zona muito importante. -----
74 **PRESENCAS:** Pelas 21:50 horas, compareceu na sessão o senhor Carlos João
75 Fonseca. - -----
76 -----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) questionou o senhor
77 Presidente da Mesa da Assembleia sobre se não chegou nada em termos de correio.
78 Referiu que como é sabido o país está em alerta laranja, pelo que questionou o que
79 está feito em termos de plano de emergência da protecção civil. Lembrou a proposta da
80 CDU relativamente à zona de cedros do percurso pedonal junto ao Modelo, alertando
81 que a perigosidade aumentou com a última intempérie. Perguntou se o senhor
82 Presidente da Câmara já contactou com o Delegado Distrital de Estradas. Chamou a
83 atenção do senhor Presidente da Câmara para a necessidade de se tratar da situação
84 na descida Boavista para São Mamede. Quanto á zona da Baralha, disse que os pin's
85 da ciclovia já têm provocado vários acidentes, perguntando para quando a resolução do
86 problema. Quanto ao protocolo estabelecido pelo Município com a União Cultural e

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

87 Recreativa do Bombarral que prevê a existência de um funcionário que passará a
88 prestar serviço naquela associação, gostava de ser esclarecida.-----
89 -----O senhor Marcos Proença (PS) lembrou a falta de sinalética em resultado da
90 requalificação da Praça do município, fazendo com que os visitantes tenham
91 dificuldades em circular nomeadamente em encontrar a saída para a A8 e EN8.-----
92 -----O senhor Presidente da Câmara reconheceu que de facto o património
93 histórico constitui uma preocupação sendo pertinente estudar o espaço em que se irá
94 localizar o Centro Educativo da Roliça, porque ali poderão ter ocorrido episódios
95 relacionados com a Batalha da Roliça, pelo que deve ser feita uma prospecção
96 arqueológica. A escola é muito importante e vai ser uma realidade. O Centro Educativo
97 do Bombarral vai começar muito em breve e o Centro Educativo da Roliça também irá
98 ser uma realidade. Quanto ao facto do país se encontrar em alerta laranja, disse que
99 estão a articular o plano de emergência com a Protecção Civil Distrital e com os
100 Bombeiros Voluntários. As intempéries que se têm verificado têm sido uma
101 preocupação pelo que estão alerta e há 2 ou 3 dias fizeram um simulacro que decorreu
102 com bastante êxito, graças aos Bombeiros Voluntários e ao Agrupamento de Escolas
103 que se apresentou com um piquete próprio o que é um exemplo de louvar. Estão
104 prontos para intervir a qualquer hora em articulação com as outras entidades. Quanto
105 ao circuito pedestre do Sanguinhal disse que tem passado pelo local e a Câmara
106 Municipal fez uma intervenção de limpeza nos passeios, tendo também alguns cidadãos
107 ajudado porque cortaram troncos dos cedros, mas parece que o trabalho ainda não está
108 totalmente feito, pelo que o senhor vereador Nuno Mota irá tomar conta da situação.
109 Quanto à estrada da Boavista, na descida para São Mamede, onde já teve um brutal
110 acidente há 26 anos, parece que os pilares não estão lá, pelo que fica o recado para o
111 senhor vereador Nuno Mota providenciar a resolução desta situação, sugerindo a
112 colocação de rails de protecção. Pensou que não iria ser alertado mais vez nenhuma
113 para a situação da civclovia. Disse que os reflectores estão em fase experimental para
114 evitar mais acidentes. Relativamente ao protocolo com a União Cultural e Recreativa do
115 Bombarral disse que o mesmo irá ser assinado no próximo dia 06 de Março. Considera
116 o Teatro Eduardo Brazão a casa da cultura do Bombarral, mas a funcionária referida
117 será sempre afecta ao Município e desempenhará naquele local serviços no âmbito da
118 promoção cultural do concelho, colaborando com a abertura daquele espaço e com o
119 trabalho de secretariado da direcção daquela casa. Reconheceu a falta de sinalética
120 referida pelo senhor Marcos Proença, que ocorre em toda a vila e também nas aldeias.
121 Faltam também passadeiras e marcações das estradas. Falta realmente muita coisa
122 nessa matéria, para não dizer tudo. Têm um plano para arrancar com a resolução
123 dessa situação. Pensaram adquirir uma máquina para pintar as passadeiras, mas
124 recuaram porque a PISOESTE vai adquirir uma máquina que ficará ao serviço dos
125 Municípios, bem como uma máquina para lavar e desinfetar contentores. -----
126 -----O senhor Luis Rego (CDS) questionou, relativamente ao protocolo que a
127 Câmara Municipal celebrou com o Circulo de Cultura Musical Bombarralense, quando
128 vai ser disponibilizada a verba respectiva porque a associação está com dificuldades.--

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça disse ter ficado um bocado assustada. Se a Câmara Municipal vai fazer um estudo para ver se no local previsto para o Centro Educativo da Roliça existem vestígios da batalha, pede que sejam rápidos para não atrasar as obras porque as escolas e jardins-de-infância da freguesia estão em mau estado. -----

-----O senhor Luis Campos (PSD) questionou para quando uma solução para a ponte das Barreiras. -----

-----O senhor Luis Biscaia (PSD) informou que a protecção civil não prevê alerta vermelho para a nossa zona, havendo um alerta laranja até às 24.00 de amanhã. Os Bombeiros Voluntários receberam um alerta de que a situação poderá ser grave pelas 06:00 horas com ventos de 140 / 160 km / hora. -----

-----O senhor Presidente da Câmara reconheceu que o Circulo de Cultura Musical Bombarralense estará em dificuldades com casa das artes do nosso concelho que tem apresentado uma forte actividade. Quanto ao cumprimento do protocolo disse estar inserido na sua preocupação, sendo um problema que está prestes a ser resolvido, à semelhança de tantos outros como é o caso das Juntas de Freguesia. Referiu que a senhora Presidente da Junta de Freguesia da Roliça só veio complementar a preocupação de todos. Relativamente à ponte das Barreiras é uma situação perigosa que será resolvida em articulação com a REFER, pensando que haverá novidades dentro em breve. Oxalá que pelas 16:00 horas da manhã não haja nada, porque nem por nada gostaria de ter de activar a protecção civil. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a seguinte moção: “Considerando a ocorrência da catástrofe natural na Região Autónoma da Madeira; Considerando o seu impacto negativo, nunca visto nas últimas décadas em qualquer outra parte do território português; Considerando o número de vítimas mortais, de feridos e de perdas materiais; Considerando a destruição de muitas das infra-estruturas rodoviárias, educacionais e de outro tipo; A Assembleia Municipal do Bombarral, reunida no dia 26 de Fevereiro de 2010, delibera: 1. Manifestar total solidariedade aos cidadãos da Madeira e às autoridades locais e regionais, atingidas por uma catástrofe de um calibre jamais visto em Portugal nas últimas décadas; 2. Endereçar as mais sinceras condolências às famílias atingidas sobretudo pela perda de familiares e amigos.” -----

-----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a moção supra transcrita. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse não ter aqui o correio, mas veio muito pouco e fundamentalmente jornais e boletins da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, bem como um ofício do Parlamento Europeu do grupo da CDU. -----

----- **INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO:** O senhor Presidente da Câmara informou que ontem assinou na OesteCIM a escritura de financiamento pelo que têm garantidos os fundos para o arranque do Centro Educativo do Bombarral. Informou que a recolha de óleos alimentares foi adjudicada à firma Biological. -----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

-----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) solicitou mais alguns esclarecimentos sobre a recolha de óleos alimentares. Em relação ao Plano de Salvaguarda do Carvalhal, a informação que vem deixa a pergunta de para quando será agendada a reunião pública da Câmara Municipal, tendo em conta os valores que estão no orçamento e que a deixam muito receosa. Quanto à utilização do espaço Internet, vem feita uma referência à utilização nos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, chegando à conclusão que houve uma baixa muito significativa do número de utilizadores, questionando quais as razões que levaram a que tal sucedesse. É referenciado o Gabinete de Apoio aos Agricultores, cujo objectivo era auxiliar os agricultores, sendo que o tempo verbal utilizado faz pressupor que não houve adesão dos mesmos. Perguntou se a falta de adesão teve a ver com não haver razões para aderir a este projecto ou se a divulgação do mesmo terá sido fraca não chegando aos bombarralenses. -----

-----O senhor Pedro Ângelo (CDS) disse que estas informações são interessantes porque aquilo que se diz às vezes não é bem o que se faz. Ouviram que o Centro Educativo da Roliça é importantíssimo, mas nem sequer aparece neste documento. Gostava de saber quais as perspectivas para o Centro Educativo do Bombarral e se existe alguma alteração das prioridades, que eram primeiro o do Bombarral e depois o da Roliça. Fez um reparo relativamente à informação que vem da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico que é diferente do que vem da Divisão Administrativa e Recursos Humanos em termos dos processos entrados. Estes documentos são interessantes mas carecem de alguma compatibilidade. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Técnica informou que os oleões vão ser colocados em vários pontos do concelho, tendo sido dada prioridade aos aglomerados urbanos, na maioria dos casos na proximidade dos ecopontos, já tendo sido dada a localização à empresa que efectuará a recolha. Está em preparação uma campanha de divulgação através do site do Município e da distribuição de panfletos. -----

-----O senhor Presidente da Câmara, quanto ao Plano de Salvaguarda do Carvalhal, disse que tem sido alvo de diversas análises e ponderações e neste momento está para ser agendado em reunião pública da Câmara Municipal, tendo a equipa apresentado uma proposta de desenho urbano. Relativamente ao espaço Internet disse que a actividade dos Universitários 50+ naquele espaço ficou temporariamente suspensa enquanto se efectuava a substituição e reforço dos equipamentos. Já foram colocadas mais dez unidades, pelo que pensa que haverá agora condições para voltar a ter a utilização normal. Quanto ao Gabinete de Apoio aos Agricultores, disse que foi uma iniciativa da Câmara Municipal, apesar de terem articulado a recolha de elementos que enviaram ao Governo Civil de Leiria a quem agradeceu terem vindo elementos ao terreno. Criaram este gabinete na sequência da possibilidade de candidaturas ao PRODER, que foi bastante frutífera para quem aderiu. Não se limitaram a estar no gabinete à espera, tendo feito um levantamento junto dos empresários. O que mais receberam foram situações de estragos em edifícios e quintas que não na agricultura. No Pó, com a colaboração do senhor Presidente da Junta de Freguesia, tentaram ter uma relação próxima com os agricultores afectados, mas não

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

houve candidaturas. Felizmente os estragos não foram muito volumosos. Pensa que a Câmara Municipal fez tudo o que estava ao seu alcance. Relativamente ao Centro Educativo do Bombarral continua prioritário e vai ser o primeiro a arrancar. Vão procurar uniformizar os documentos entregues pelas diferentes Divisões para as melhorar.-----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse achar muito bem a recolha de óleos alimentares, mas gostava de saber que tipo de recipientes serão utilizados e que tipo de óleos pode ser recolhidos nos mesmos. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Técnica disse que apenas serão recolhidos óleos alimentares. Quanto ao modo de recolha, disse que as pessoas em casa recolhem e armazenam o óleo em garrafas de plástico e depois colocam-nas nos oleões para serem tratados e reciclados. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que mesmo nos óleos alimentares há qualidades diferentes. Conhece uma empresa que só faz a recolha de óleos alimentares junto da restauração e similares e existem parâmetros definidos a que os estabelecimentos estão obrigados. Os óleos ao serem reciclados têm valores diferentes dependendo do tipo de utilização. -----

-----O senhor Presidente da Câmara, quanto à situação financeira disse que a dívida a fornecedores é de € 3.746.846,42 e a instituições de crédito de € 4.522.644,89, o que dá um total de € 8.269.491,31. Mas isto espelha só o montante facturado não incluindo os compromissos assumidos no valor de cerca de 2,5 milhões de euros. Quanto aos empréstimos o montante pago foi de € 70.413,27 e de juros foram € 9.402,70. O serviço da dívida a 15 de Fevereiro era de € 4.522.644,85. -----

-----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira disse que o que é visível desde 30 de Outubro é que há um acréscimo na globalidade, mas há uma diminuição na dívida a fornecedores na casa dos € 418.000. Quer saber qual a situação em relação aos empréstimos aprovados para fazer face à dívida a fornecedores, para compreender se esta diminuição na dívida já espelha o acesso a esse capital. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que com o financiamento do PREDE diminuiu consideravelmente o valor da rubrica fornecedores. Naturalmente aumentou a dívida às instituições bancárias, havendo um refêlego porque o pagamento é por um prazo mais alargado. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que efectivamente em Setembro a dívida era de € 8.871.000 e entre Setembro e Dezembro foram facturados mais € 3.787.000. Ainda que tivessem pago o valor do PREDE outras facturas apareceram e daí estes valores. -----

-----**REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O MANDATO 2009 – 2013:** O senhor Pedro Ângelo (CDS), atendendo a que esta proposta de regimento foi objecto de algumas reuniões, gostava de solicitar esclarecimentos sobre o artigo 23.º n.º 2, questionando se o Presidente da Assembleia Municipal está incluído nos 5 elementos do PSD.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal respondeu negativamente. -----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

-----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) disse que a CDU não se fez representar no grupo de trabalho pela simples razão de que as reuniões foram marcadas demasiado em cima do acontecimento, de véspera e para um dia e hora em que a CDU já tinha compromissos. O regimento não é uma novidade porque está muito próximo do anterior, mas tem, questões em relação ao artigo 23.º, questionando para o que é que serve uma comissão permanente. Faz-lhe lembrar a história da população de Camarate que se lamentava que Sacavém tinha uma ponte e que também queria uma, mas como não tinham rio, disseram ao Presidente da Câmara que tratasse da ponte que eles tratavam do rio. Num ano de contenção que têm pela frente, apontar para comissões com 10 elementos, com cinco reuniões marcadas à priori, para uma coisa que não sabe para que é, não é aceitável. Este artigo do regimento da forma como está definido não faz sentido. Também é sabido que nunca foram muito defensores desta proporcionalidade nas comissões, porque quem toma decisões é o plenário onde o PSD tem maioria absoluta, pelo que não se justifica uma comissão com estas características.

-----O senhor Fernando Lopes (PS) disse ter sido uma das pessoas que participou na feitura deste regimento que segue de muito perto o anterior. Foi apologista que houvesse uma comissão. Não deixa de estar surpreendido porque tinha ficado estabelecido que eram 8 membros e não 9, tendo-lhe sido enviado um projecto que tinha apenas os 8 membros.

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que sem querer defender esta proposta de regimento, que é proposta de um grupo de trabalho, quer dar dois ou três esclarecimentos. Em democracia os números seguem a regra da proporcionalidade e para haver comissões tem que se cumprir essa regra e foi nessa perspectiva que se decidiu quantos membros a mesma teria. Em termos pessoais não via mal em que a comissão tivesse oito membros, mas como democrata aceita a opinião da maioria. O presidente da Assembleia Municipal faz parte dos 5 elementos do PSD. A comissão permanente é para se discutirem todos os assuntos em vez de se constituírem várias comissões. Sempre que exista algum problema pode reunir esta comissão permanente. No passado houve uma comissão de urbanismo que era composta por 8 membros e havia outras comissões que se reuniam ao mesmo tempo. A preocupação financeira tem de ser de todos, inclusivamente da Câmara Municipal. A Assembleia Municipal deve ser a mais democrática possível, o que se estende à discussão do assunto. Não é a questão financeira que vai impedir a discussão dos assuntos. A comissão de urbanismo reuniu 24 ou 25 vezes em quatro anos, o que significa que o fez mais do que se pretende que esta comissão reúna. Este regimento é muito diferente do anterior. ----

-----O senhor Pedro Ângelo (CDS) disse que fez parte do grupo de trabalho e gostaria que ficasse claro que não tendo estado presente na última reunião, o que defendeu é que num ano de contenção não faria muito sentido a questão da proporcionalidade. O que acha estranho é que apareçam cinco elementos do PSD e que a primeira ideia é que serão cinco elementos mais o Presidente da Assembleia Municipal. Se existissem alguns pruridos em relação a alguma deliberação emanada da comissão, havendo quatro elementos do PSD e Presidente com voto de qualidade essa questão ficaria resolvida. Em relação à comissão permanente a prática o dirá. O que foi

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

301 acordado é que a ordem do dia será elaborada de comum acordo e os assuntos serão
302 apresentados por todos os grupos.-----
303 -----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) considerou que o Presidente
304 da Assembleia Municipal não é eleito do PSD, representando a Mesa da Assembleia,
305 não podendo ser contado como membro da bancada do PSD. Se era isso que queriam
306 pôr não é isso que está na proposta. Em relação às outras comissões que existiram por
307 proposta da Assembleia Municipal é porque faziam falta. No último mandato houve uma
308 comissão que tal como esta tinha cinco reuniões ordinárias, mas que reuniu várias
309 vezes extraordinariamente por falta de informação do órgão executivo. Nada diz que
310 terão apenas as cinco reuniões, porque haverá tantas quantas as necessárias.-----
311 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse ser claro que
312 vai ser isento até ao último dia em que aqui estiver. O Presidente da Mesa e os
313 Secretários são sempre eleitos por um partido e depois de eleitos terão a maior isenção
314 possível. Noutras Assembleias Municipais os respectivos presidentes são também os
315 presidentes das comissões permanentes e fazem-no em representação dos respectivos
316 partidos. Percebe a interpretação da CDU. Só quis argumentar que não estão a fazer
317 mais do que no passado. Enquanto for Presidente da Assembleia Municipal a questão
318 financeira será sempre secundária para todos os partidos. A Assembleia Municipal
319 reunirá sempre que necessário e útil.-----
320 -----Foi deliberado por maioria com 24 votos a favor (14 do PSD, 8 do PS e 2 do
321 CDS) e 2 abstenções (2 da CDU) aprovar a proposta de regimento da Assembleia
322 Municipal para o mandato 2009 – 2013, que a seguir se transcreve.-----
323 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----
324 -----“CAPITULO I-----
325 -----NATUREZA, PODERES E DEVERES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA
326 MUNICIPAL -----
327 -----Artigo 1.º-----
328 -----(Natureza) -----
329 -----A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município. -----
330 -----Artigo 2.º-----
331 -----(Deveres) -----
332 1. Constituem deveres dos membros da Assembleia Municipal.-----
333 a) Comparecer às sessões da Assembleia Municipal, bem como às reuniões das
334 comissões a que pertençam sendo-lhe marcada falta se não se apresentarem no prazo
335 de 60 minutos após a hora marcada na convocatória; -----
336 b) Participar nas votações;-----
337 c) Observar a ordem e a disciplina fixadas neste regimento e acatar a autoridade do
338 Presidente da Assembleia Municipal; -----
339 2. Aberta a sessão e iniciados os respectivos trabalhos, nenhum dos membros da
340 Assembleia, se poderá ausentar por período superior a 30 minutos, cabendo a
341 respectiva fiscalização à Mesa, que poderá averbar a correspondente senha de
342 presença dando conhecimento do acto à Assembleia.-----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

3. As faltas às reuniões deverão ser justificadas por escrito junto da Mesa da Assembleia no prazo de cinco dias a contar da data da reunião em que se tiverem verificado. -----

-----Artigo 3.º-----

----- (Poderes) -----

-----Constituem poderes dos membros da Assembleia Municipal, a exercer nos termos deste Regimento: -----

a) Participar nas discussões, apresentar moções, requerimentos e propostas;-----

b) Apresentar protestos e contra-protestos, reclamações, votos de louvor, congratulação ou pesar, respeitantes a acontecimentos relevantes locais, nacionais e internacionais; -----

c) Propor alterações ao regimento da Assembleia Municipal;-----

d) Solicitar à Câmara Municipal, por intermédio do Presidente da Mesa, informações e esclarecimentos que entendam necessários em matéria da autarquia local, devendo aquele dar seguimento a tais solicitações no prazo de 3 dias úteis. -----

-----CAPITULO II-----

-----MESA DA ASSEMBLEIA-----

-----Artigo 4.º-----

----- (Composição e eleição)-----

1. A Mesa da Assembleia é composta pelo Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário e será eleita pela Assembleia Municipal por escrutínio secreto. -----

2. A Mesa será eleita para o período do mandato, podendo os seus membros ser destituídos pela Assembleia Municipal, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia. -----

3. Serão eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos validamente expressos. -----

4. Terminada a votação para a Mesa e verificando-se empate relativamente ao Presidente, proceder-se-á a nova eleição após o que, mantendo-se o empate, será declarado Presidente o cidadão que, de entre os membros que ficaram empatados, se encontrava melhor posicionado na lista mais votada na eleição para a Assembleia Municipal.

5. Se o empate se verificar relativamente aos Secretários da Mesa, proceder-se-á a nova eleição, após o que, mantendo-se o empate, caberá ao Presidente a respectiva designação de entre os membros que ficaram empatados. -----

-----Artigo 5.º-----

----- (Mesa) -----

1. O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Primeiro Secretário e este pelo Segundo Secretário. -----

2. Sempre que a mesa não esteja completa por falta de um dos seus membros, o Presidente ou o seu substituto convidará o grupo municipal que o ausente integrar a indicar um membro da Assembleia presente, para integrar a Mesa. -----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

3. Na falta de indicação nos termos do número anterior ou quando o ausente for independente, compete ao presidente ou ao seu substituto designar qualquer dos membros da Assembleia Municipal presentes, para integrar a Mesa. -----

4. Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa a Assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a mesa que vai presidir à reunião. -----

-----Artigo 6.º-----

----- (Competências da Mesa, do Presidente e Secretários)-----

1. Compete à Mesa da Assembleia Municipal:-----

a) Marcar as sessões e proceder às convocatórias, fixando a ordem e o lugar dos trabalhos; -----

b) Dar seguimento a todas as iniciativas da Assembleia e assinar os documentos expedidos; -----

c) Comunicar à Assembleia de Freguesia ou à Câmara Municipal as faltas do presidente de Junta e do presidente da Câmara às reuniões da Assembleia Municipal; -

d) Decidir sobre todas as questões de interpretação e integração do regimento; bem como exercer quaisquer outras competências que lhe sejam conferidas por lei, pelo Regimento ou pela Assembleia Municipal. -----

2. No exercício das atribuições e competências que a lei lhe confere no que respeita ao dever de assegurar o regular funcionamento da Assembleia, compete em especial ao Presidente da Assembleia Municipal: -----

e) Presidir à Mesa; -----

f) Presidir às sessões, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos; -----

g) Dar conhecimento à Assembleia de todas as mensagens, informações, explicações e demais expediente recebido; -----

h) Conceder a palavra e assegurar a sequência dos debates;-----

i) Admitir ou rejeitar as propostas, reclamações e requerimentos, verificada a sua regularidade regimental e nos termos da lei, sem prejuízo do direito do recurso para a Assembleia; -----

j) Pôr à disposição e votação as propostas e os requerimentos admitidos; -----

k) Dar conhecimento ao Presidente da Câmara dos pedidos de informações e esclarecimentos que lhe sejam solicitados por qualquer membro da Assembleia;-----

l) Manter a ordem e a disciplina, bem como a segurança da Assembleia podendo para isso requisitar e usar os meios necessários, tomando as medidas que entender convenientes; -----

m) Exercer todas as demais competências ou atribuições que lhe sejam fixadas por lei, pelo Regimento ou pela Assembleia Municipal.-----

3. Os Secretários coadjuvam o Presidente nas suas funções e, especialmente:-----

a) Procedem à conferência das presenças, do registo das faltas e das votações e à verificação do quorum; -----

b) Orientam a elaboração e redacção das actas. -----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

4. De todas as deliberações da Mesa cabe recurso para o plenário da Assembleia Municipal. -----

-----CAPITULO III-----

-----FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA-----

-----Artigo 7.º-----

----- (Sessões Ordinárias e Extraordinárias) -----

1. A Assembleia municipal reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias: -----

a) As sessões ordinárias serão anualmente em número de cinco e terão lugar em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, destinando-se a Segunda e a Quinta sessões, respectivamente, à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, bem como à aprovação das opções do plano e da proposta do orçamento;-----

b) As sessões extraordinárias serão convocadas nos termos da Lei sempre que consideradas necessárias.-----

2. As reuniões da Assembleia Municipal não poderão exceder a duração de 5 dias e 1 dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia delibere o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas.-----

3. As reuniões da Assembleia Municipal serão, preferencialmente, à Sexta-feira e terão o seu início às vinte e uma horas, não devendo terminar após a uma hora do dia imediato. No entanto, a requerimento de um grupo municipal, aprovado pela maioria dos membros presentes, poderá o período de funcionamento ser prolongado até ao limite máximo de uma hora. -----

4. As sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia serão convocadas pelo seu Presidente com o mínimo de 10 dias de antecedência através de protocolo ou carta registada dirigida a cada um dos seus membros, ao Presidente da Câmara e aos vereadores.-----

5. A convocatória a enviar aos membros da Assembleia e ao Presidente da Câmara, deverá ser acompanhada dos documentos necessários e elucidativos, respeitantes aos assuntos a tratar na ordem do dia.-----

6. A convocatória, que deverá anunciar a ordem do dia, constará ainda, de edital afixado à porta das sedes da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia e do local do funcionamento da Assembleia e dela será dado conhecimento à imprensa local. -----

-----Artigo 8.º-----

----- (Local das Sessões) -----

1. A Assembleia Municipal reunirá na sede do Município, podendo reunir em outro local se o plenário assim o entender, sem prejuízo do disposto no número seguinte. -----

2. As sessões ordinárias poderão realizar-se nas diferentes freguesias do concelho, devendo o respectivo local ser aprovado pelo plenário na sessão ordinária imediatamente anterior à sua realização. -----

-----Artigo 9º-----

----- (Antes da Ordem do Dia)-----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

1. Em cada reunião haverá um período antes da ordem do dia para tratar dos seguintes assuntos:- -----

a) Apreciação, discussão e votação da acta da sessão anterior, cuja leitura é dispensada desde que a mesma tenha sido previamente remetida aos seus membros;-

b) Leitura resumida do expediente, dos pedidos de informação e esclarecimentos formulados, bem como das respostas que os mesmos suscitem; -----

c) Deliberar sobre votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar que sejam apresentados por qualquer membro da Assembleia ou pela mesa; -----

d) Interpelações, mediante perguntas orais à Câmara, sobre assuntos da respectiva administração e resposta dos membros desta;-----

e) Apresentação de assuntos de interesse local; -----

f) Votação de recomendações ou pareceres que sejam apresentados por qualquer membro ou solicitado pela Câmara. -----

2. Para tratar dos assuntos constantes das alíneas c), d), e) e f) do número anterior e na primeira reunião de cada sessão poderá ser utilizado pelos partidos, um período de tempo não superior a sessenta minutos, repartido da seguinte forma: P.S.D. – dezanove minutos; P.S. – doze minutos; C.D.U. - cinco minutos; C.D.S./P.P. - cinco minutos. Durante este período a Câmara Municipal não poderá usar da palavra no conjunto das suas intervenções, por período de tempo superior a dezanove minutos. -----

-----Artigo 10.º -----

------(Ordem do Dia)-----

1. O período da ordem do dia será destinado exclusivamente à matéria constante da convocatória.-----

2. Em cada sessão ordinária o primeiro ponto da ordem do dia destinar-se-á à apreciação de uma informação escrita do presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

3. A informação referida no ponto anterior deverá ser enviada pelo Presidente da Mesa aos restantes membros no mesmo dia em que a receber do Presidente da Câmara. ----

4. Para intervir nos debates, na ordem do dia, será concedida a palavra a cada membro que para tal se inscreva, no máximo por duas vezes em cada ponto da ordem de trabalhos. -----

5. A apresentação de cada proposta, pelo membro da Assembleia proponente ou pela Câmara, relativa a cada ponto da ordem do dia deve limitar-se à indicação sucinta do seu objecto e fins que visa prosseguir, não podendo exceder o total de dez minutos.----

6. O Presidente da Câmara Municipal ou o seu substituto nas suas intervenções não poderão exceder vinte minutos por cada ponto da ordem de trabalhos. -----

7. Os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, podendo ainda intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da Câmara ou do seu substituto legal, ou quando invoquem o exercício do direito de defesa da honra. -----

-----Artigo 11.º -----

------(Uso da Palavra)-----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

- 510 1. Em cada sessão a palavra será concedida pelo Presidente aos membros da
511 Assembleia para: -----
512 a) Tratar de assuntos de interesse local;-----
513 b) Participar nos debates e apresentar propostas; -----
514 c) Invocar o regimento ou interrogar a Mesa;-----
515 d) Fazer requerimentos; -----
516 e) Apresentar reclamações, recursos, protestos ou contra-protestos; -----
517 f) Pedir ou dar explicações ou esclarecimentos; -----
518 g) Formular declarações de voto; -----
519 h) Exercer o direito de defesa da honra; -----
520 i) Tudo o mais contido na lei ou no presente regimento.-----
521 2. Quem solicitar a palavra deve declarar para que fim a pretende usar, não podendo
522 usá-la para fim diverso daquele para que lhe foi concedido. -----
523 3. No uso da palavra não serão permitidas interrupções, devendo o Presidente advertir
524 o orador, quando este se desviar do assunto em discussão ou quando o discurso se
525 torne ofensivo, devendo o Presidente retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude. ---
526 4. Se os membros da Mesa quiserem usar da palavra em reunião plenária na qual se
527 encontrem em funções não podem reassumi-las até ao termo do debate ou da votação,
528 se a esta houver lugar. -----
529 -----Artigo 12.º -----
530 -----(Requerimentos)-----
531 1. São considerados requerimentos apenas os pedidos dirigidos à Mesa respeitantes ao
532 processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou ao
533 funcionamento da reunião. -----
534 2. Os requerimentos podem ser formulados por escrito ou oralmente.-----
535 3. Os requerimentos escritos são imediatamente anunciados pela Mesa e distribuídos
536 pelos grupos municipais. -----
537 4. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, se pedida,
538 não podem exceder dois minutos. -----
539 5. Admitido qualquer requerimento, é o mesmo imediatamente votado sem discussão. -
540 6. A votação dos requerimentos é feita pela ordem da sua apresentação.-----
541 7. Não são admitidas declarações de voto orais. -----
542 -----Artigo 13.º -----
543 -----(Invocação do Regimento ou da lei e perguntas à Mesa) -----
544 1. O membro da assembleia que pedir a palavra para invocar o regimento ou a lei indica
545 a norma infringida, com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito.----
546 2. Os membros da assembleia podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre
547 as decisões ou a orientação dos trabalhos. -----
548 3. Não há justificação nem discussão das perguntas dirigidas à Mesa.-----
549 4. O uso da palavra para invocar o regimento ou a lei e interpelar a Mesa não pode
550 exceder dois minutos. -----
551 -----Artigo 14.º -----
552 -----(Pedidos de Esclarecimento)-----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

- 553 1. A palavra para esclarecimentos limita-se à formulação sintética da pergunta e da
554 respectiva resposta sobre a matéria em dúvida enunciada pelo orador que tiver
555 acabado de intervir. -----
- 556 2. Os membros da Assembleia Municipal que queiram formular pedidos de
557 esclarecimento devem inscrever-se até ao termo da intervenção que os suscitou, sendo
558 formulados e respondidos pela ordem de inscrição. -----
- 559 3. O orador interrogante e o orador respondente dispõem de três minutos por cada
560 intervenção, não podendo, porém, o orador respondente acumular tempos de resposta
561 por período superior a cinco minutos se não desejar usar da palavra a seguir a cada
562 orador interrogante. -----
- 563 -----Artigo 15.º -----
- 564 -----(Proibição do uso da palavra no período da votação)-----
- 565 -----Anunciado o início da votação, nenhum membro da assembleia pode usar da
566 palavra até à proclamação do resultado, excepto para apresentar requerimentos
567 respeitantes ao processo de votação. -----
- 568 -----Artigo 16.º -----
- 569 -----(Reacção contra ofensas à honra ou consideração)-----
- 570 1. Sempre que um membro da Assembleia Municipal ou da Câmara considere que
571 foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pode, para se
572 defender, usar da palavra por tempo não superior a três minutos. -----
- 573 2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo
574 não superior a três minutos. -----
- 575 3. O presidente anotarà o pedido para a defesa referido no número um, para
576 conceder o uso da palavra, e respectivas explicações a seguir ao termo do debate em
577 curso, sem prejuízo de poder conceder imediatamente, quando considere que as
578 situações especialmente o justificam.-----
- 579 -----Artigo 17.º -----
- 580 -----(Protestos e contra-protestos) -----
- 581 1. Por cada grupo municipal e sobre a mesma intervenção apenas é permitido um
582 protesto. -- -----
- 583 2. O tempo para o protesto é de três minutos. -----
- 584 3. Não são admitidos protestos a pedidos de esclarecimento e às respectivas
585 respostas, bem como a declarações de voto. -----
- 586 4. O contra-protesto tem lugar imediatamente a seguir ao protesto a que respeite e
587 não pode exceder dois minutos.-----
- 588 -----Artigo 18.º -----
- 589 -----(Declarações de Voto) -----
- 590 -----Serão admitidas declarações de voto vencido, orais, por períodos não
591 superiores a 3 minutos, ou escritas, estas a remeter directamente à Mesa, durante a
592 reunião, as quais depois de lidas, mandará inserir na acta. -----
- 593 -----Artigo 19.º -----
- 594 -----(Recursos)-----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

- 595 1. Qualquer membro da Assembleia pode recorrer das decisões do presidente ou
596 da Mesa. - -----
597 2. O recorrente pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não
598 superior a três minutos. -----
599 3. No caso de recurso apresentado por mais de um membro, só pode intervir na
600 respectiva fundamentação um dos seus apresentantes, pertençam ou não ao mesmo
601 grupo municipal.-----
602 4. Havendo vários recursos com o mesmo objecto, só pode intervir na respectiva
603 fundamentação um membro de cada grupo municipal a que os recorrentes pertençam.
604 5. Podem ainda usar da palavra pelo período de três minutos, um membro de cada
605 grupo municipal que não se tenha pronunciado nos termos dos números anteriores. ---
606 6. Não há lugar a declarações de voto orais.-----
607 -----Artigo 20.º -----
608 -----(Intervenção do Público)-----
609 1. Nas sessões ordinárias, imediatamente antes de iniciada a ordem de trabalhos
610 abre-se um período para intervenção do público. -----
611 2. Neste período, que terá a duração máxima de sessenta minutos, cada munícipe
612 poderá utilizar a palavra pelo período máximo de 10 minutos, para solicitar
613 esclarecimentos, podendo o presidente da Mesa fazer a gestão do tempo em função do
614 número de inscritos. -----
615 3. Os munícipes interessados poderão inscrever-se até ao final do período
616 destinado à intervenção do público. -----
617 4. Os esclarecimentos solicitados deverão ser prestados pelo senhor Presidente da
618 Câmara, que poderá para o efeito solicitar a intervenção do membro do executivo
619 habilitado a fazê-lo, não podendo exceder os cinco minutos. -----
620 -----Artigo 21.º -----
621 -----(Publicidade, quórum e votações) -----
622 1. As sessões da Assembleia Municipal são públicas nos termos da lei e do presente
623 Regimento. -----
624 2. As reuniões da Assembleia Municipal não terão lugar quando não esteja presente a
625 maioria do número legal dos seus membros.
626 3. As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do
627 número legal dos seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade, no caso de
628 empate.--- -----
629 4. Compete ao Presidente, decidir sobre a forma de votação, podendo qualquer
630 membro propor que a mesma se faça nominalmente ou por escrutínio secreto. -----
631 5. Sempre que se realizem eleições ou estejam em causa pessoas, a votação terá de
632 ser feita por escrutínio secreto. -----
633 6. Nenhum membro da Assembleia Municipal pode votar em matérias que lhe disserem
634 respeito ou a membros da sua família, na estreita observância da lei. -----
635 -----Artigo 22.º -----
636 -----(Actas)-----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

- 637 1. De tudo o que decorrer nas sessões será lavrada acta, cuja redacção será orientada
638 pelos secretários da Assembleia Municipal, devendo ser subscritas e assinadas por
639 estes e pelo Presidente, depois de aprovada em reunião seguinte.-----
640 2. A acta pode ser aprovada em minuta no final da sessão, desde que tal seja aprovado
641 pela maioria dos membros presentes, devendo neste caso, a minuta ser logo assinada
642 e rubricada pelos membros da Mesa.-----
643 3. A mesa providenciará para que a acta possa ser consultada pelo público.-----
644 4. Todos os eleitos têm direito à cópia integral da acta de cada reunião.-----
645 -----Artigo 23.º -----
646 -----(Comissões) -----
647 1. A Assembleia terá uma comissão permanente, com poderes e atribuições a definir
648 por deliberação da Assembleia. -----
649 2. O número de elementos da comissão será proporcional à representatividade dos
650 grupos municipais na Assembleia Municipal: 5 elementos do PSD, 2 elementos do PS,
651 1 elemento do CDS e 1 elemento da CDU. -----
652 3. A Comissão será presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, competindo-lhe
653 verificar as faltas e participá-las à Mesa da Assembleia que as apreciará nos termos do
654 Regimento. -----
655 4. A comissão elegerá um secretário, competindo-lhe secretariar e orientar a
656 elaboração da acta. -----
657 5. Os grupos municipais podem quando o julgarem conveniente proceder à substituição
658 dos membros que indicaram.-----
659 6. A Comissão reunirá ordinariamente cinco vezes por ano, nos meses de Janeiro,
660 Março, Maio, Julho e Outubro. -----
661 7. As reuniões da comissão serão marcadas pela própria comissão ou pelo seu
662 Presidente, não podendo efectuar-se durante as reuniões plenárias da Assembleia
663 Municipal. -----
664 8. A ordem de trabalhos será fixada pela comissão ou pelo seu Presidente, ouvidos os
665 restantes membros da comissão. -----
666 9. Em cada reunião da comissão será elaborada uma acta da qual constarão as
667 indicações das presenças e faltas, o resumo dos assuntos tratados e todos os
668 elementos julgados de interesse pela comissão. -----
669 10. As actas poderão ser consultadas por qualquer membro da Assembleia Municipal,
670 pelo que será enviada uma cópia para a Mesa da Assembleia. -----
671 11. A comissão dispõe das instalações da sede da Assembleia Municipal. -----
672 12. A comissão obterá os elementos necessários à apreciação dos assuntos que
673 constituem a sua finalidade por contacto directo com a Câmara Municipal ou outras
674 entidades. -----
675 13. Dos trabalhos e deliberações da comissão será dado conhecimento ao plenário da
676 Assembleia pelo Presidente, podendo no entanto intervir qualquer dos membros da
677 comissão. -----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

14. Os trabalhos da comissão deverão ser apoiados por funcionários da Câmara Municipal, por deliberação da Assembleia Municipal de acordo com o Presidente da Câmara Municipal. -----

-----CAPITULO IV-----

-----DISPOSIÇÕES FINAIS-----

-----Artigo 24.º-----

----- (Casos Omissos) -----

-----Em tudo o que não estiver previsto no presente regimento aplicar-se-ão as normas legais. -----

-----Artigo 25.º-----

----- (Entrada em vigor) -----

-----O regimento entrará em vigor imediatamente após a sua aprovação e constará da acta respectiva.”-----

-----**PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA O ANO DE 2010:** O senhor Presidente da Câmara considerou que a diferença entre este protocolo e os anteriores não é de todo significativa. Em conjunto com as Juntas de Freguesia optaram por manter a situação actual, mas pagando. A situação foi algo aflitiva mas neste momento devem apenas dois dos oito meses que já deveram. Seria bom que nesta e noutras matérias conseguissem acertar o passo, o que tem sido difícil.-----

-----A senhora D. Anabela Sá (PS) disse achar que não houve qualquer inovação ou esforço de melhoria do protocolo. Acreditam que as Juntas de Freguesia possam resolver alguns problemas das populações com menos custos e mais eficácia do que a Câmara Municipal. Com mais delegação de competência ganhava a população e a Câmara Municipal. Esta é a melhor forma de gerir dinheiros públicos e servir as populações. Gostava de saber se podem ter acesso aos relatórios trimestrais das Juntas de Freguesia e se existe algum controlo da Câmara Municipal perante esses relatórios. -----

-----A senhora D. M.^a Los Angeles Oliveira (CDU) disse que receberam a primeira versão do protocolo que consideravam a mais correcta porque a única diferença que tinha para a segunda versão era que agora já fala no vereador Nuno Mota. Se era o protocolo anterior então porque não vir o nome do anterior vereador. Outra diferença eram 4 cêntimos. Continua a ser a mesma a orientação do protocolo. Este não é de facto o modelo de delegação de competências que entendem que deveria existir. Se é uma delegação de competências, as competências pertencem à Câmara Municipal e as verbas a ser passadas são as necessárias à acção que o Município deveria desenvolver e não desenvolve. Devia ser o critério da necessidade e não o critério da população. Para uma Junta de Freguesia a única vantagem que tinha com a delegação de competências era ter a sua população em melhores condições, dando-lhe melhor qualidade de vida, porque do ponto de vista financeiro em nada são beneficiadas as Juntas de Freguesia. Já perceberam que esta forma de distribuição de verbas cria ideias diferentes nas Juntas de Freguesia que vêm nestes protocolos uma forma de realizar mais algumas coisas do que a aquilo que a Câmara Municipal lhes

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

está a passar e que não são o objecto do protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Ao longo de vários anos que têm vindo a dizer isto. Se o protocolo não deve ser uma fonte de receitas também não o deve ser de dívidas. Com a falta de pagamentos às Juntas de Freguesia, se estas avançam com as obras e as pagam ficam sem forma de resolver as suas próprias situações e poderemos ter situações aflitivas como a da Junta de Freguesia da Roliça que teve de recorrer aos bancos para fazer face aos seus próprios compromissos. É um modelo que está errado. Esperavam que o novo executivo, que se dizia portador de novas ideias de corte com o passado, trouxesse este protocolo com uma mudança de orientação e um modelo mais adequado ao que deve ser um protocolo de delegação de competências, Este é o último dos protocolos com estas características que irão votar. A partir daqui não votam mais este tipo de protocolos. -----

-----O senhor Pedro Ângelo (CDS) lamentou que não tenha havido a preocupação de inovar e passar algumas competências a nível de licenciamentos e cobranças para as Juntas de Freguesia, para que houvesse uma maior eficácia. Este deverá ser o primeiro documento que este executivo apresenta, o que os deixa preocupados. A conclusão a que chegam é que o trabalho desenvolvido não é nenhum, porque se socorreram do documento existente e aplicam-no nos anos seguintes. Em relação às Juntas de Freguesia ouviu dizer que tinha havido consenso, pelo que se os senhores Presidentes de Junta de Freguesia não se revirem neste protocolo ou falam agora ou calam-se para sempre. -----

-----O senhor Luis Biscaia (PSD) disse que numa Assembleia onde tanta gente é perspicaz e consegue ver as diferenças nos documentos, é curioso que ninguém reparou na maior diferença do documento. Os nomes dos Presidentes de Junta de Freguesia do Bombarral e do Pó também são diferentes. Estava à espera que os Presidentes de Junta de Freguesia dissessem alguma coisa, mas curiosamente nenhum falou, o que quer dizer que estão de acordo. As delegações de competências custam dinheiro que é algo que a Câmara Municipal não tem. -----

-----O senhor Fernando Lopes (PS) disse rever-se nas palavras das senhoras D. Anabela Sá e M.ª Los Angeles Oliveira. O protocolo é fraco. Gostaria de saber qual dos protocolos estão a discutir. A elaboração do protocolo foi ligeira e o documento mal fotocopiado. Não é possível que o protocolo venha a vigorar a 01 de Janeiro. Questionou se é um protocolo para cada ano ou se será um protocolo para vários anos. Considerou que este protocolo foi feito com uma ligeireza abismal, para já não falar que as competências delegadas deviam ser mais extensas. -----

-----A senhora D. M.ª Los Angeles Oliveira (CDU) disse que se a delegação é do Município e se o Município transfere coisas que tem de fazer, então também deve transferir as verbas. Estas competências transferidas são obrigação do Município. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que entre aumentar as verbas ou alterar o protocolo, optaram por manter as verbas e não alterar o protocolo. Concorde que a solução dos problemas por parte das Juntas de Freguesia poderá ser mais rentabilizada e poderá passar por protocolos adicionais. Poderá facultar o acesso aos relatórios trimestrais por parte dos deputados municipais. De facto havia dois ficheiros

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

no computador e os serviços abriram o ficheiro errado, o que não deveria ter sucedido. Foi um erro que assume. Tem um gabinete competentíssimo. Quando alguém mandou esse documento, deveria estar todo o executivo em cima do computador. Foi feito por um ser humano que errou. Os senhores Presidentes de Junta de Freguesia concordam com o documento. Reconhece que com mais ovos no futuro poderá confeccionar mais omoletas. As verbas são generosas em comparação com outros Municípios. A Lourinhã, por exemplo, tem receitas superiores às nossas e não tem no protocolo para as suas Juntas de Freguesia verbas como as nossas. Têm que ser honestos com a capacidade real deste Município. Quanto ao modelo de protocolo, disse só resultar com múltiplos protocolos porque é difícil um entendimento em relação ao modelo e às verbas a distribuir. As verbas bem encolhidinhas são as que o Município e as Freguesias recebem do Governo. O protocolo foi discutido democraticamente com as Juntas de Freguesia. Não vale a pena bater mais no gabinete que é competente mas erra, no entanto agradeceu a chamada de atenção.-----

-----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que o facto de ter chamado à atenção, é porque está a apreciar o protocolo actual e não os pretéritos, porque senão tinham muita coisa que apontar. O protocolo é fraco e está incorrecto.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse que ninguém foi obrigado a assinar este protocolo, mas estavam todos convictos que era o protocolo que nestas circunstâncias era possível. Tinham perfeitamente consciência do que estavam a fazer. Obviamente tentaram reivindicar mais dinheiro e mais competências, mas foi consenso que era isto o possível para 2010. Também fizeram entender ao senhor Presidente da Câmara que era vital receberem o mais próximo possível do acordado. O senhor Presidente da Câmara também deve entender as suas mensagens de quando precisam de receber.-----

-----Foi deliberado por maioria com 18 votos a favor (14 do PSD, 2 do CDS e 2 da CDU) e 8 abstenções (8 do PS) aprovar a proposta de protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia que a seguir se transcreve.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

-----“Considerando que:-----

a) A delegação de actos de competência da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia está legalmente consagrada na alínea c) do n.º 6 do Art. 64º da Lei 169/99 de 18 Setembro, alterada pela 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

b) Da execução de anteriores Protocolos de Delegação de Competências resultaram benefícios para o interesse comum, que se presume deverem continuar no futuro;-----

c) A Câmara Municipal de Bombarral assume que a experiência anterior recomenda o aperfeiçoamento deste instrumento no que se refere ao apoio às competências delegadas nas Juntas de Freguesia;-----

d) A delegação de competências deve ser, por isso mesmo, acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização dos recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia da sua gestão, de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais da boa conservação e manutenção do património público, prossecução do interesse público e da legalidade;-----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

e) Constitui dever da Câmara Municipal de Bombarral analisar, de forma continuada, emitindo directivas ou orientações, sobre o modo como as competências delegadas serão exercidas pelas Juntas de Freguesia. -----

Entre: -----

1 – A Câmara Municipal de Bombarral devidamente representada pelo seu vereador com poderes delegados, Nuno Manuel Mota da Silva, como primeiro outorgante; -----

2 – E as Juntas de Freguesia, devidamente representadas pelo seu Presidente como segundo outorgante; -----

É celebrado o presente protocolo para delegação de competências que se rege pelas seguintes cláusulas: -----

1ª (Objecto)-----

1 – O presente protocolo tem por objecto o exercício das seguintes competências pela segunda outorgante: -----

a) Manutenção, conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos rurais; -----

b) Manutenção, conservação e limpeza de valetas, bermas e das vias municipais, incluindo corta de caniços; -----

c) Limpeza dos agregados populacionais; -----

d) Conservação de calçadas e passeios; -----

e) Manutenção e conservação de zonas verdes e outros espaços ajardinados; -----

f) Colocação e manutenção de sinalização toponímica; -----

g) Manutenção, conservação, limpeza e pequenas reparações nos edifícios de educação pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública. -----

2 – Estas competências serão delegadas pela Câmara Municipal de Bombarral, nos termos do anexo I deste protocolo que dele faz parte integrante com apoio técnico e logístico da Câmara Municipal. -----

3 – As competências delegadas na Junta de Freguesia de Bombarral referidas nas alíneas b) e d) do n.º 1 do presente artigo, no respeitante à vila do Bombarral, são as constantes do anexo II deste protocolo. -----

2ª (Período de Vigência)-----

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes, o período de vigência deste protocolo tem início em 1 de Janeiro e termina em 31 de Dezembro do corrente ano. -----

3ª (Direitos e obrigações das partes)-----

A execução do presente Protocolo será avaliada de uma forma contínua pela Câmara Municipal de Bombarral – que para o efeito promoverá reuniões conjuntas e periódicas entre o vereador / Interlocutor e técnicos da Câmara Municipal e os Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

1 – Compete à Primeira Outorgante: -----

a) Até ao dia 31 de Março de cada ano civil a Divisão Técnica da Câmara Municipal de Bombarral deverá elaborar um relatório global de análise da execução do Protocolo de delegação de competências, com base na informação prestada pelas Juntas de Freguesia, para ser apresentado e apreciado em reunião de Câmara. -----

b) Proceder à transferência do financiamento previsto neste protocolo. -----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

- 850 c) Assegurar o apoio técnico e logístico, sempre que necessário.-----
851 2 – Compete à segunda outorgante: -----
852 a) Executar as tarefas previstas na cláusula primeira nos termos do presente acordo; --
853 b) Assegurar a obediência aos estudos técnicos e projectos da responsabilidade da
854 Câmara Municipal de Bombarral, quando existam; -----
855 c) Elaborar um relatório trimestral a enviar à Câmara Municipal de Bombarral até ao
856 final do mês seguinte a que se reporta, de acordo com formulário a entregar pela
857 primeira outorgante; -----
858 d) Responsabilizar-se por eventuais danos provocados, quando aquelas tarefas não
859 forem executadas de forma regular e nos termos deste acordo. -----
860 4ª (Regime de Financiamento)-----
861 1 – Para prossecução das actividades mencionadas na cláusula primeira a primeira
862 outorgante transferirá para as segundas outorgantes o montante anual de 325.500 €; -
863 Bombarral..... -----€ 99.936,42;
864 Carvalhal..... -----€ 80.893,95;
865 Roliça -----€ 68.190,57;
866 Pó -----€ 35.629,04;
867 Vale Covo -----€ 40.850,02;
868 2 – O pagamento das transferências será efectuado através de duodécimos até ao dia 8
869 de cada mês. -----
870 5ª (Cedência de Máquinas) -----
871 A Câmara Municipal cederá a motoniveladora, varredoura e o corta-caniços às Juntas
872 de Freguesia, sempre que exista disponibilidade, com base numa distribuição
873 proporcional. -----
874 6ª (Acordos Adicionais) -----
875 Para além destas competências delegadas, poderão anexar-se a este Protocolo, futuras
876 delegações acordadas entre a Câmara Municipal de Bombarral e as Juntas de
877 Freguesia. -----
878 7ª (Revisão do Protocolo) -----
879 O presente acordo poderá ser revisto se ocorrerem alterações anormais e imprevisíveis,
880 das circunstâncias que determinaram o seu clausulado. -----
881 8ª -----
882 (Resolução do Protocolo)-----
883 1 - O incumprimento por parte dos outorgantes das obrigações assumidas no âmbito do
884 presente acordo poderá dar origem à sua resolução. -----
885 2 – Qualquer das partes poderá resolver o acordo por deliberação devidamente
886 fundamentada, com a antecedência mínima de 30 dias. -----
887 3 – Quando a resolução for da iniciativa da Junta de Freguesia, esta obriga-se a cumprir
888 as condições assumidas respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas
889 pela Câmara Municipal de Bombarral, salvo acordo escrito em contrário.-----
890 9ª -----
891 (Omissões) -----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

892 Os casos omissos decorrentes da execução deste protocolo serão decididos entre a
893 Câmara Municipal de Bombarral e as Juntas de Freguesia.-----
894 ANEXO I -----
895 As competências enumeradas na cláusula primeira são delegadas da seguinte forma:--
896 1 – Manutenção, conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos rurais
897 a) Limpeza e desobstrução de valetas.-----
898 b) Regularização e reparação de bermas, caminhos e estradas rurais.-----
899 c) Limpeza das bermas das vias municipais incluindo corta de caniços;-----
900 2 – Limpeza e Embelezamento dos Agregados Populacionais -----
901 A limpeza dos agregados populacionais será da responsabilidade das Juntas de
902 Freguesia e consiste em:-----
903 a) Limpeza das bermas e passeios.-----
904 b) Deservamento dos espaços públicos com herbicida fornecido pela Câmara Municipal
905 c) Limpeza das ruas.-----
906 d) Limpeza e manutenção de outros espaços considerados públicos.-----
907 3 – Conservação de Calçadas e passeios-----
908 a) Serão efectuados pelas Juntas de Freguesia os Trabalhos de Natureza Simples.-----
909 Essas pequenas reparações serão efectuadas em passeios, ruas em calçadas,
910 travessas, largos e outros espaços públicos.-----
911 Não são considerados neste protocolo os cortes efectuados e originados por ramais de
912 água e saneamento cabendo à Câmara Municipal de Bombarral a sua reparação.-----
913 4 – Manutenção e conservação de zonas verdes e outros espaços ajardinados
914 a) A gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados, em todas as
915 povoações, aldeias e vila, serão feitas pelas Juntas de Freguesia.-----
916 b) Todos os estudos técnicos e construção de novas zonas verdes, devem ser da
917 responsabilidade da Câmara Municipal.-----
918 c) Sempre que possível, a Câmara Municipal do Bombarral deverá aceitar os projectos
919 das Juntas e inscrevê-los em programas que habilitem a sua comparticipação.-----
920 d) Esses projectos sendo considerados de interesse de nível Concelhio, deverão ser
921 integrados nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal.-----
922 e) Sendo esses projectos aprovados, os mesmos serão objecto de um protocolo
923 adicional.-----
924 5 – Colocação e Manutenção de Sinalização Toponímica -----
925 a) As Juntas de Freguesia deverão proceder à colocação e manutenção das placas de
926 identificação na área da sua Freguesia.-----
927 a) Deverão colocar sempre placas de identificação em todas as ruas.-----
928 b) Para novos arruamentos, devem as Juntas de Freguesia, comunicar à Câmara
929 Municipal para que esta aprove a sua denominação.-----
930 6 - Manutenção, conservação, limpeza e pequenas reparações nos edifícios de
931 educação pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública -----
932 a) A conservação será da responsabilidade da Junta de Freguesia e engloba o
933 seguinte: -----
934 - Manutenção dos espaços envolventes.-----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

- 935 - Limpeza do exterior das escolas do primeiro ciclo e Jardins de Infância;-----
936 - Substituição de vidros, fechaduras, louças sanitárias, torneiras, lâmpadas,
937 canalizações etc.-----
938 - Pequenas obras que não sejam incluídas em grandes reparações.-----
939 b) Todos os pedidos dos educadores de infância e professores devem ser
940 encaminhados para o Conselho Executivo do Agrupamento, que por sua vez o remeterá
941 com o seu parecer para a Junta de Freguesia -----
942 c) As Pinturas gerais dos edifícios interiores e exteriores, a grande reparação ou
943 substituição de telhados ou telheiros, canalizações de sanitários, substituição de portas
944 e janelas, podem ser objecto de protocolos adicionais;-----
945 d) As Grandes reparações em muros, bem como colocação de vedações nos muros de
946 limite das escolas serão sempre da total responsabilidade da Câmara Municipal de
947 Bombarral.-----
948 ANEXO II-----
949 Na vila do Bombarral, são da competência da Junta de Freguesia de Bombarral os
950 seguintes trabalhos nas áreas da manutenção de espaços ajardinados:-----
951 1. Pulverização e corte de ervas, limpeza de na via pública e pequenos arranjos de
952 equipamentos sociais deteriorados:-----
953 - Bairro do Olival -----
954 - Urbanização Quinta São José-----
955 - Urbanização Quinta Santo António -----
956 - Urbanização Vale Várzea-----
957 - Bairro dos Matinhos -----
958 - Bairro Vale da Várzea – zona de vivendas -----
959 - Bairro dos Bacelos -----
960 - Cintrão -----
961 - Zona envolvente da Escola Secundária -----
962 - Zona envolvente da Escola Preparatória-----
963 - Zona envolvente do Centro de Saúde-----
964 - Zona envolvente do Pólo II -----
965 - Zona Industrial-----
966 - Ligação do I.V.V. à rotunda da Peugeot-----
967 2. É ainda responsabilidade da Junta de Freguesia proceder à manutenção de espaços
968 ajardinados:-----
969 - Jardim do Largo António Bruno Patuleia -----
970 - Jardim da Rua Infante D. Henrique -----
971 - Jardim do Largo Comendador João Ferreira dos Santos e triângulo-----
972 - Jardim da Rua António Simão-----
973 - Jardim da Urbanização da Quinta Santo António (inter. / exter.) -----
974 - Rotunda da Caniceira-----
975 - Jardim do gaveto de acesso à pré-escola da Quinta de Santo António” -----
976 -----**PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GOP DO MUNICIPIO DO BOMBARRAL**
977 **PARA O ANO 2010:** O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou o seguinte

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

requerimento: “Em nome dos deputados PS nesta Assembleia Municipal e em nome próprio, venho requerer ao senhor Presidente desta Assembleia que o ponto 4 da respectiva ordem de trabalhos seja retirado, invocando para o efeito, o facto da deliberação da Câmara que aprovou a proposta de orçamento ser ilegal, por vício de forma, artigos 18.º e seguintes do CPA. Com efeito, nos termos do n.º 2 do artigo 87.º da Lei n.º 169/99, na redacção actual (Lei das Autarquias Locais) a entrega da respectiva documentação, deve ser efectuada com, pelo menos, dois dias de antecedência sobre a data da reunião, o que não se verificou. Pois a proposta de orçamento aqui colocada em causa apenas foi entregue aos vereadores do PS no decurso da reunião realizada no dia 15 do corrente mês, inviabilizando, desta forma, a apreciação do documento por parte dos vereadores do PS. Ainda que se diga, que na referida reunião não foi entregue a proposta de orçamento para o ano 2010, mas apenas a nota introdutória às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2010, em virtude de parte do documento ter sido entregue no dia 12 (sábado), não afasta a ilegalidade da deliberação que aprovou a proposta de orçamento. A apreciação do documento com tamanha importância exige a análise integral e não parcial, aliás, bem andaram os vereadores do PS, aos quais o grupo do PS manifesta solidariedade ao exigirem que a lei fosse respeitada, que não lhes fosse sonogado o tempo que a lei lhes concede para análise do documento. Todavia, que fique bem claro, que os deputados municipais do PS pedem que o documento seja retirado da ordem de trabalhos não tanto por solidariedade com os seus vereadores mas sim por considerarem que inseridos num órgão de fiscalização, como é esta Assembleia Municipal, estão obrigados a tudo fazer, se necessário lançar mão a todos os instrumentos legais, para que a lei seja respeitada. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como disse a proposta de orçamento não estava nem está completa, pois não cumpre com o n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, o qual impõe que o mapa de pessoal acompanhe a proposta de orçamento. Perante a factualidade, reitera-se que o documento deverá ser retirado da ordem de trabalhos desta sessão, contudo, caso assim não entenda o grupo do PS nesta sessão não apreciará o documento pois não pratica ilegalidades.”-----

-----Pelas 00:05 horas, foi a sessão interrompida por 10 minutos.-----

-----Pelas 00:35 horas, foi a sessão reatada.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que perante a apresentação do requerimento do PS, a Mesa reuniu, ouviu o senhor Presidente da Câmara e julgou que para assegurar o bom funcionamento da Assembleia Municipal e para os superiores interesses do concelho do Bombarral, o melhor será suspender a presente sessão, de forma a dar tempo para se encontrar uma solução. Tem algumas dúvidas e como tal entende que se deve suspender a sessão da Assembleia Municipal para se ouvir um jurista e neste espaço de tempo a Câmara Municipal poder encontrar uma solução para ultrapassar algumas questões. Face às dúvidas que tem em termos de direito administrativo, suspendeu a sessão da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea f) do n.º 1 artigo 54.º da Lei 5-A/2002.-----

ACTA N.º 01/2010 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2010

1021 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 00:40 horas, foi a reunião encerrada e
1022 lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela
1023 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----
1024

1025 O Presidente:

1026

1027 O 1.º Secretário:

1028

1029 O 2.º Secretário:

1030